

“Método e sentido”: a pesquisa e a historiografia na teoria de Jörn Rüsen

“*Method and Meaning*”: *Research and Historiography in Jörn Rüsen’s Theory of History*

Rogério Chaves da Silva¹

Resumo: Nesse artigo, busco refletir sobre como a relação entre pesquisa e escrita da história é abordada na teoria de Jörn Rüsen. Embora as operações metodológicas sejam elementos essenciais para a validação do caráter científico da história, a regulação metódica, concretizada pela pesquisa, não inviabiliza o trabalho de produção de sentido operado através da historiografia. Método e sentido não se excluem, e sim são tratados como princípios constituintes da ciência da história.

Palavras-chave: Teoria da história, pesquisa histórica, historiografia, Jörn Rüsen.

Abstract: This paper dwells on Jörn Rüsen's approach to the relationship between research and historical writing. Even though methodological operations are essential to validate History's scientific quality, methodical regulation materialized by research does not forbid the production of meaning operated through Historiography. Method and meaning are not mutually exclusive; they are seen as constituent principles of the Science of History

Keywords: Theory of History, historical research, Historiography, Jörn Rüsen.

Revestidos pelo conceito moderno de ciência, primordialmente aquele sedimentado durante o século XIX, os historiadores acabaram relegando a escrita da história a uma posição secundária, elegendo a pesquisa como operação determinante para a constituição da história como ciência. Entretanto, desde a “crítica narrativista”, a relação entre pesquisa e escrita da história tem sido mirada em vértices de outra angulação. Sob a influência dos

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Paraíso do Tocantins (Distrito Agroindustrial, BR-153, KM 480, Caixa Postal 151, CEP 77.600-000, Paraíso do Tocantins - TO). E-mail para contato: rcmc26@bol.com.br

trabalhos de Hayden White,² considerado o maior expoente do chamado *linguist turn* (giro linguístico)³ e, mais recentemente, de autores como Frank Ankersmit,⁴ houve uma espécie de inversão no modo tradicional de conceber o problema da relação entre pesquisa e escrita da história, isto é, o realce da escrita em detrimento da pesquisa. Dentro dessa nova perspectiva, o texto histórico passou a ser considerado um “artefato” linguístico, elaborado segundo princípios literários e ligado unicamente às estruturas da narrativa. Para esses autores, denominados de “narrativistas”, não haveria como representar o passado em sentido epistemológico, visto que a história seria sempre uma construção pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como “narrador”, portanto, epistemologicamente frágil. Haveria, então, uma autonomia da narrativa face aos enunciados singulares nela contidos. A formulação de tais enunciados obedeceria aos resultados da pesquisa empírica, mas a força relativa deles no interior da totalidade narrativa seria minimizada, pelo fato de que se aceita que um mesmo conjunto de tais enunciados pode ser mobilizado por perspectivas de interpretação diferentes e até mesmo conflitantes. Por conseguinte, a ênfase na autonomia da narrativa resultaria numa secundarização da tarefa da pesquisa.

Nesse prosaíco de crítica, a percepção, por parte dos historiadores, de que seu discurso, seja qual for sua forma, é sempre uma narrativa, fez-nos pisar em terreno epistemológico movediço. É no interior desta “crise epistemológica” que a teoria de Jörn Rüsen demonstrou sua vitalidade, pois, a partir de um complexo sistema conceitual, buscou respostas para o problema da relação entre a pesquisa e a escrita da história. Em Rüsen, a importância da metodização é reforçada, mas os pressupostos narrativistas não são “demonizados” e sim, em certa medida, incorporados à teoria da história. A preocupação em refletir sobre as especificidades narrativas do texto historiográfico não o conduziu à perspectiva de reduzir o discurso histórico a aspectos literários, mas à possibilidade de reabilitar a ideia de narratividade conectada aos procedimentos metódicos da pesquisa.

Natural de Duisburg, atual Estado da Renânia do Norte/Vestfália, Jörn Rüsen estudou história, germanística, filosofia e pedagogia na Universidade de Colônia. Sua prática docente concentrou-se nas

² Dentre os textos de Hayden White, podemos destacar: **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX (Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992) e **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura (São Paulo: Edusp, 2001).

³ FALCON, Francisco J. O campo problemático da historiografia contemporânea. In: **História cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 28.

⁴ ANKERSMIT, Frank. *Historiografia e Pós-Modernismo*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 113-135, mar. 2001.

Universidades de Braunschweig, Berlim, Bochum, Bielefeld e Witten-Herdecke. Buscando atualizar a tradição intelectual da *Historik* e desenvolvendo profundos estudos sobre os trabalhos de Johann Gustav Droysen, Rüsen, há aproximadamente três décadas, dedica-se, sobretudo, à reflexão acerca dos princípios que fundamentam o pensamento histórico, dando ênfase aos processos históricos de formação da moderna ciência da história e à apropriação do conhecimento no contexto da vida social, naquilo que cunhou como “função didática da história”. Sua vigorosa trilogia historiográfica, denominada *Grundzüge einer Historik* (Esboço de uma teoria da história), é composta pelas obras *Historische Vernunft* (Razão histórica),⁵ publicada no Brasil em 2001, além de *Rekonstruktion der Vergangenheit* (Reconstrução do passado)⁶ e *Lebendige Geschichte* (História viva),⁷ estas derradeiras oferecidas ao público brasileiro em 2007.

O epicentro da teoria da história de Jörn Rüsen situa-se no conceito de “matriz disciplinar”, que consiste no “conjunto sistemático de fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da história como disciplina especializada”.⁸ Por meio desse construto conceitual, Jörn Rüsen caracteriza as condições em meio às quais os historiadores produzem conhecimento histórico, articulando operações inerentes à vida humana com procedimentos típicos da ciência especializada: “carências de orientação, perspectivas orientadoras da experiência do passado, métodos de pesquisa, formas de apresentação e funções orientadoras”.⁹ O espaço de tensão entre esses princípios é o que caracteriza a matriz disciplinar da ciência histórica, síntese do que, para Rüsen, constitui o objeto da teoria da história. Ancorado neste conceito, ele ressalta que os historiadores elaboram narrativas definidas como produtos cognitivos híbridos, portadores de propriedades normativas (carências de orientação e funções orientadoras), empíricas (perspectivas orientadoras e métodos de pesquisa) e estéticas (formas de apresentação).

⁵ RÜSEN, Jörn. **Razão histórica – Teoria da História I**: os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2001.

⁶ RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado – Teoria da História II**: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

⁷ RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História III**: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

⁸ RÜSEN, **Razão histórica – Teoria da História I**, op.cit., p. 29.

⁹ *Ibidem*, p. 35.

Embora, para Rüsen, as operações metodológicas sejam elementos essenciais para a validação do caráter científico da história,¹⁰ discutir método não significa somente problematizar as regras formais da pesquisa histórica. O desafio reside, mormente, na compreensão da significação cultural do passado “atualizado”, pois toda pesquisa histórica desenvolve-se a partir de um questionamento ao passado dirigido às fontes, e que corresponde, em parte, a um interesse de ação sociocultural humana do presente, em busca de orientação temporal. A partir dos interesses historicamente orientados do presente, o que se pretende conhecer desse passado tem que se mostrar relevante para o universo cultural desse sujeito que busca conhecimento e para aqueles que se alimentam desse saber. Sendo assim, uma vez metodizados, tais “interesses-experiências”¹¹ retornam ao contexto cultural com funções didáticas. Logo, o problema que se coloca é o da compatibilização entre método e sentido.

Essa preocupação de Rüsen fica evidente quando afirma que os fatos obtidos pela pesquisa seriam pura e simplesmente sem sentido e significado se não fossem obtidos como fatos destinados à transformação em histórias, isto é, em memórias indispensáveis à vida. Para compreender essa mediação entre método e sentido é necessário assumir a importância da representação narrativa como parte constituinte do conhecimento histórico, pois a conexão entre a experiência humana do passado, conhecida a partir da pesquisa, e as demandas por sentido requeridas pela vida humana do presente, somente se dá através da historiografia.¹² Essa conexão entre método e sentido é tematizada por Rüsen em duas obras cardeais de sua produção historiográfica: *Reconstrução do passado*, em que analisa as perspectivas orientadoras da experiência do passado e métodos de pesquisa; e *História viva*, na qual se dedica ao estudo das formas de apresentação e das funções de orientação do pensamento histórico, na ciência da história.

¹⁰ Segundo Rüsen, “a cientificidade diz respeito, sobretudo, ao fator métodos. Somente se os métodos tomarem a forma de regras da pesquisa empírica, a matriz corresponderá ao esquematismo de uma prática cognitiva científica especializada”. RÜSEN, **Razão histórica – Teoria da História I**, op.cit., p. 165.

¹¹ Tomo de empréstimo esse termo de Astor Diehl: DIEHL, Astor Antônio. **Do método histórico**. Passo Fundo, RS: Ediupf, 1997. p. 96.

¹² Em Rüsen, “historiografia” refere-se ao produto intelectual (discursivo/narrativo) construído por historiadores que exercitam a pesquisa histórica, ou seja, um saber redigido.

As dimensões da teoria e da pesquisa na ciência da História

A obra *Reconstrução do Passado* apresenta o esforço de reflexão sobre os princípios que distinguem a ciência da história das outras formas de pensamento histórico: teoria e método. Em geral, as operações narrativas do pensamento histórico revestem-se da necessidade de garantir a verdade de cada história narrada, isto é, a verdade daquilo que se diz sobre o passado a que se referem. Em sua versão científica, a narrativa histórica exibe como singularidade não o fato de pretender à verdade, mas sim o modo como reivindica a verdade. Ademais, a modalidade científica do pensamento histórico comporta uma pretensão comunicativa através da fundamentação de um conjunto de regras metódicas aglutinadas na ideia de pesquisa histórica. Cientificidade na história, para Rüsen, não diz respeito à adequação do pensamento histórico a uma concepção *a priori* e geral do que seja ciência, mas ao ajustamento a um padrão intersubjetivo das formas de dirigir a pesquisa histórica e de empreender a fundamentação da narrativa sobre seus resultados. Ciência da história entendida no sentido amplo do termo, como síntese das operações intelectuais reguladas metodicamente, mediante as quais se pode obter conhecimento com pretensões seguras de validade. Portanto, é o princípio da metodização que torna o pensamento histórico especificamente científico.

Bifurcada em dois capítulos, *Reconstrução do passado* externa, em seu bojo, o exame rüseniano acerca da interdependência entre o trabalho interpretativo das perspectivas orientadoras (teorias históricas) e os procedimentos da pesquisa empírica:

[...] na matriz disciplinar desenvolvida de forma especificamente científica, o fator método é também um elemento decisivo para o fator teoria. Cabe a este último a responsabilidade de fornecer o significado constitutivo da organização científica do processo de conhecimento histórico, preparando-o para a pesquisa.¹³

Em “Sistemática – Estrutura e funções das teorias históricas”, que consiste no primeiro capítulo da obra, Rüsen debate, em termos gerais, a importância das teorias na constituição do conhecimento histórico e sua intrínseca relação com os outros princípios da “matriz disciplinar”. Na ciência da história, as perspectivas de orientação são elaboradas na forma de teorias

¹³ RÜSEN, *Reconstrução do passado – Teoria da História II*, op.cit., p. 23.

empiricamente concretizáveis e modificáveis pela pesquisa histórica. A edificação dessas perspectivas orientadoras “requer igualmente que se explicite e fundamente seus princípios determinantes; nada impede, pois, que se chame a respectiva sistematização de teoria ou teórica”.¹⁴ Daí a importância do problema relativo ao papel das teorias no conhecimento histórico. Isso porque as teorias históricas, que constituem as perspectivas de interpretação na história como ciência, formam hipóteses ou contextos de perguntas com os quais a realidade do passado, tal como inscrita nas fontes, pode ser abordada:

As teorias históricas são referências para perguntas ou construtos de hipóteses com os quais é possível apreender estados de coisas empíricos. Elas fornecem fios condutores de histórias, que são criadas e tecidas por si mesmas, de como que se elabora e apresenta, a partir delas, mediante argumentação fundante, a estrutura de sentido de uma história.¹⁵

Devido à interdependência entre os princípios constituintes do conhecimento histórico, a decisão sobre os métodos de pesquisa, característicos da história em sua versão científica, acompanha a determinação dessas perspectivas orientadoras. Uma vez que essas perspectivas se originam de interesses (advindos da vida prática) no conhecimento histórico, novas carências de orientação acarretam novas perspectivas orientadoras referentes ao passado, surgindo, assim, novos métodos de esclarecimento da experiência histórica. Nesse trânsito, o conhecimento histórico passa por uma modificação qualitativa, pois

[...] novos interesses podem superar funções vigentes, de forma que o pensamento histórico, sob a pena de tornar-se anacrônico, tem de modificar suas perspectivas orientadoras com respeito ao passado. O passado tem de ajustar-se a critérios de sentido novo, que levam a novas representações, e essas novas representações ensejam novas técnicas de pesquisa e novas formas de apresentação.¹⁶

¹⁴ RÜSEN, **Razão histórica – Teoria da História I**, op.cit., p. 122.

¹⁵ RÜSEN, **Reconstrução do passado – Teoria da História II**, op.cit., p. 78.

¹⁶ RÜSEN, **Razão histórica – Teoria da História I**, op.cit., p. 37.

Um dos sintomas dessa modificação é o debate ou a polêmica entre os historiadores acerca dos fundamentos de sua disciplina, tendo em vista que, como ciência, a história reflete, em seus próprios fundamentos, a mesma evolução temporal dos homens e de seu mundo. Logo, as modificações na matriz disciplinar da ciência da história acontecem a partir da comunicação argumentativa entre os historiadores como pesquisadores, e a teoria da história é o âmbito em que essa argumentação se efetua.

A sistematicidade da elaboração teórica de Rüsen se apresenta, nesta obra, no que tem de mais pujante e original: suas tipologias, classificações e definições peculiares. Ainda no primeiro capítulo, essa característica aflora na elucidação das funções das teorias históricas (funções explicativa, heurística, descritiva, de periodização, explanatória, individualizante, comparativa, diferenciadora, crítica e didática) e no esclarecimento acerca da definição e distinção entre nomes próprios, categorias históricas, conceitos históricos e não históricos. No trabalho interpretativo das teorias, os conceitos históricos representam os recursos linguísticos das proposições: “É o material com que são construídas as teorias históricas e constituem o mais importante instrumento linguístico do historiador. Sua formação e utilização decidem se e como o pensamento histórico científico se realiza”.¹⁷ Os conceitos históricos, em seu cerne, exprimem a qualidade temporal de estados de coisas do passado humano; entretanto, há conceitos presentes no vocabulário dos historiadores que não são particularmente históricos: “Eles designam, nos estados de coisas, complexos de qualidades que eles têm em comum com outros estados de coisas, independentemente de sua relevância nos processos temporais”.¹⁸ Exemplificando essa diferenciação, Rüsen aduz os termos “trabalho”, “economia”, “camponês”, “cidade”, que não são especificamente históricos, mas ao se aditar os vocábulos “economia da Antiguidade tardia”, “camponês no sistema de servidão da Idade Média”, “cidade como polis antiga”, a qualidade temporal acrescida os torna conceitos históricos.

Segundo o construto teórico de Rüsen, os conceitos históricos mediam categorias históricas e nomes próprios. Os nomes próprios “designam estados de coisas do passado em sua ocorrência singular; referem-se a eles diretamente, sem precisar sua relevância histórica própria no contexto do processo temporal em que ocorrem”.¹⁹ Trata-se de denominações linguísticas subsumidas ao estado de coisas nas fontes. Napoleão III, Prússia, Roma, o

¹⁷ RÜSEN, **Reconstrução do passado – Teoria da História II**, op.cit., p. 91.

¹⁸ *Ibidem*, p. 93.

¹⁹ *Loc.cit.*

Partido Progressista, são exemplos sublinhados por Rüsen. Já as categorias históricas não se referem

[...] diretamente a nenhum estado de coisas, mas estabelecem a qualidade histórica da mudança temporal dos estados de coisas. [...] essa qualidade não é conferida aos estados de coisas pelas fontes, mas é-lhes atribuída pela atividade cognitiva dos historiadores.²⁰

Continuidade, progresso, desenvolvimento, evolução, época, são modelos de categorias históricas. Portanto, ao mediar categorias históricas e nomes próprios, os conceitos históricos:

[...] designam nos estados de coisas referidos por nomes próprios, as qualidades históricas pré-esboçadas pelas categorias históricas. Eles introduzem a realidade temporal dos estados de coisas designada pelas categorias. Em relação às categorias históricas, eles possuem uma função particularizante e, em relação aos nomes próprios, uma função generalizante.²¹

Findando o capítulo, Rüsen dedica-se a discutir o problema do objetivismo e do subjetivismo na ciência da história, principalmente no que toca à formação histórica dos conceitos. Como típico de sua postura teórica, o historiador alemão se afasta dessa oposição entre objetivismo e subjetivismo, advogando a importância não só da orientação temporal da vida prática contemporânea, mas também da linguagem empírica das fontes para a formação histórica dos conceitos.

Distanciando-se da antiga concepção de apartar a reflexão teórica da prática histórica, Rüsen escava, como já mencionado alhures, a profunda interdependência entre o trabalho interpretativo das perspectivas orientadoras (teorias históricas) e os procedimentos da pesquisa empírica. Sua definição de pesquisa histórica chancela esse posicionamento: “pesquisa histórica é um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano”.²² “Perspectivas orientadoras” e “métodos de pesquisa” “reconstruem o passado”,²³ pois são os princípios da “matriz disciplinar” que,

²⁰ RÜSEN, **Reconstrução do passado – Teoria da História II**, op.cit., p. 93.

²¹ *Ibidem*, p. 94.

²² *Ibidem*, p. 104.

²³ Uma alusão ao título da obra **Reconstrução do passado**.

na história como ciência, conferem à experiência humana do passado o *status* de histórica. As perspectivas orientadoras têm a capacidade de “historizar” a experiência do passado, que em si não está investida de propriedades históricas. Essa experiência se torna histórica à medida que se estabelece uma relação com o quadro de valores atuais de uma sociedade em uma determinada época. Enquanto esses modelos de interpretação (“perspectivas orientadoras”) dirigem o olhar sobre o passado, tornando a experiência humana histórica, os métodos de pesquisa mediam a investigação do que foi e como foi o caso no passado, de forma que alguns critérios de cientificidade, no pensamento histórico, sejam alcançados.

Já no segundo capítulo de *Reconstrução do passado*, denominado de “Metodologia – As regras da pesquisa histórica”, Rüsen analisa, minuciosamente, as complexas operações que constituem o exercício de investigação da experiência concreta do passado, que se realiza através do trato com as fontes. Os métodos da pesquisa empírica consistem no exercício de investigação da experiência concreta do tempo passado. É esse processo de efetivação metódica que constitui o que se entende por história enquanto especialidade científica.

As histórias que se baseiam em pesquisa, ainda que estribadas metodicamente, apresentam o passado humano como um construto de fatos que pode ser superado, a todo instante, por novas pesquisas. Essas histórias são provisórias, ou seja, podem ser superadas por novas pesquisas que trazem outros resultados sobre aquele construto de fatos. Não obstante, o senso comum sempre espera um saber definitivo quando é a ciência que fala, mas as histórias não são contadas de uma vez por todas, para toda eternidade; pelo contrário, surgem sempre em função de determinados problemas de orientação temporal, de determinadas épocas e determinados homens.

Apesar dessa pluralidade de leituras acerca do passado que a história propicia, a regulação metódica possibilita uma relação intersubjetiva entre os historiadores, que buscam uma argumentação formadora de consenso. Por isso, a metodização, no trato da experiência do passado, é um componente da ciência da história o qual nenhum historiador pode negligenciar. Na perspectiva de Rüsen, é perfeitamente possível falar em unidade de método quando se considera algumas etapas primordiais na construção do conhecimento histórico e se identifica a pesquisa como uma dessas etapas. Primeiramente, a elaboração da pergunta histórica, realizada a partir de carências de orientação oriundas da vida prática; posteriormente, a formulação de uma pergunta histórica dirigida às fontes, das quais se extraem os conteúdos necessários para a resposta; e, finalmente, a lapidação dos conteúdos extraídos das fontes, de forma que respondam à pergunta histórica,

a qual, por estar vinculada às carências de orientação, pode ser útil para orientar a vida humana.

Por meio dessa distinção, verifica-se que a pesquisa constitui-se numa etapa do processo de construção do conhecimento histórico que parte de uma indagação histórica e chega à formulação da resposta histórica. Destarte, a metodização, encarada como síntese das operações destinadas a validar o conhecimento histórico a ser exarado pela historiografia, é que intermedia a relação entre subjetividade conhecedora e a experiência humana do passado contida nas fontes. Mas, para a exploração dessa experiência, Rüsen apresenta as operações metódicas fundamentais, que interagem, no trabalho prático do historiador: as operações processuais (heurística, crítica e interpretação) e as substanciais (hermenêutica, analítica e dialética).

A heurística é o primeiro procedimento a ser realizado durante a pesquisa histórica. Nessa fase, o historiador opera, de forma sistemática, a coleta, junção e classificação das fontes significativas, além de analisar o manancial de informações que essas fontes podem ofertar. A exploração desse potencial informativo das fontes está relacionada à pergunta histórica e à formulação de hipótese sobre esse material legado pelo passado. Por isso, a heurística não consiste somente no ato de buscar as fontes, mas em avaliar se as mesmas oferecem informações satisfatórias para a resposta ao questionamento histórico realizado e para a solução do problema histórico que está posto:

Heurística é a operação metódica da pesquisa, que relaciona questões históricas, intersubjetivas controláveis, a testemunhos empíricos do passado, que reúne, examina e classifica as informações das fontes relevantes para responder às questões, e que avalia o conteúdo informativo das fontes. Com essa operação são reguladas metodicamente as hipóteses de sentido (teoricamente explicáveis) do pensamento histórico, que abrem o acesso às informações das fontes.²⁴

A segunda operação processual é a crítica das fontes, procedimento da pesquisa histórica no qual se garimpam as informações sobre o passado. Segundo Rüsen,

[...] é a operação metódica que extrai, intersubjetivamente e controlavelmente, informações das manifestações do

²⁴ RÜSEN, *Reconstrução do passado – Teoria da História II*, op.cit., p.118.

passado humano acerca do que foi o caso. O conteúdo dessas informações são fatos ou dados: algo foi o caso em determinado lugar e tempo.²⁵

Em suma, é nessa operação que se realiza uma análise dos dados históricos sobre a facticidade da ação humana no passado, orientando-se por critérios de plausibilidade do potencial informativo das fontes:

A crítica das fontes é o ponto fulcral da objetividade histórica (no sentido de “objetividade de fundamentação”. Ela leva a proposições históricas que, por força de sua referência à experiência metodicamente regulada, valem empírica e intersubjetivamente. É com essa garantia de princípio (metódica) da pretensão de validade que o conhecimento histórico científico se diferencia do não científico, relativamente a seu conteúdo factual.²⁶

Já na interpretação, busca-se o exame das informações levantadas sobre as experiências do passado através da crítica das fontes. À medida que essas informações são retiradas das fontes e rearranjadas, a interpretação possibilita a formação de produtos narrativos que servem de fios condutores do trabalho de representação histórica. Nesses fios condutores interpretativos são produzidas as perspectivas heurísticamente direcionadas sobre a experiência do passado, na forma de questionamentos históricos. Por conseguinte, a interpretação constitui-se no primeiro passo para se elevar os dados passados à condição de fatos históricos, pois rearranja os fatos conforme as perspectivas orientadoras sobre o passado.

Na interpretação como operação da pesquisa, o que interessa é sintetizar as perspectivas, elaboradas heurísticamente, que questionam a experiência do passado a partir das conjecturas acerca de seu sentido, com os fatos do passado, obtidos pela crítica das fontes. Nesse processo, as carências de orientação no presente e as suposições de sentido alimentadas pelo saber histórico acumulado são concretizadas como teorias históricas empiricamente consistentes. Nele são ainda historicizadas as informações das fontes cuja facticidade está garantida;

²⁵ RÜSEN, **Reconstrução do passado – Teoria da História II**, op.cit., p. 123.

²⁶ *Ibidem*, p. 122-123.

isto é: são articuladas com outras informações de fontes e um conjunto temporal plausível.²⁷

Conforme a metódica de Rüsen, as operações processuais da pesquisa (heurística, crítica e interpretação) consistem em regras que são, sobretudo, procedimentais; no entanto, para ele, “o que é e pode ser obtido das experiências do passado como história não é, originalmente, um problema de regras da pesquisa, mas das perspectivas acerca do passado humano”.²⁸ Assim, o trabalho das operações processuais, na pesquisa histórica, é complementado pela intervenção das operações substanciais (hermenêutica, analítica e dialética), que decidem sobre o conteúdo material da pesquisa, referindo-se a diferentes dimensões de autointerpretação dos sujeitos e que estão sistematicamente interligadas.

Na hermenêutica, o questionamento é dirigido às nuances do universo de sentido das experiências do passado, isto é, ao conjunto de manifestações que exteriorizam as intenções dos homens do passado. A atuação da interpretação hermenêutica começa quando o historiador empresta uma significação ao teor das fontes, nas quais estão impressas as determinações passadas da ação humana e o próprio autoentendimento dos historiadores. A hermenêutica significa que o questionamento histórico dirigido à factualidade do passado carrega consigo rastros de identidade de sentido:

A interpretação hermenêutica [...] organiza o contexto histórico dos fatos compreensíveis pelo fio condutor da importância que os torna compreensíveis. Ela historiciza essa compreensão ao interpretar as mudanças temporais como transformações das intenções e interpretações do agir que causa a mudança. Ela interliga os fatos compreensíveis do passado no plano de seu significado para os interessados. Os fatos são interligados pela interpretação, em sua sequência temporal, como contextos de sentido. A plausibilidade explicativa de uma interpretação hermenêutica vive da naturalidade com que se pode explicar o agir mediante indicação de seus motivos (intenções) determinantes.²⁹

Na analítica, abordam-se as experiências nas quais o tempo é experimentado como limite definidor das possibilidades do agir. Nessa

²⁷ RÜSEN, **Reconstrução do passado – Teoria da História II**, op.cit., p. 127-128.

²⁸ *Ibidem*, p. 134.

²⁹ *Ibidem*, p. 142.

operação, o tempo aparece como tempo natural, pois as fontes são indagadas não naquilo que dizem sobre as ações a que se referem, mas quanto àquilo que desvelam sobre os fatores de determinação do agir (contexto, circunstâncias) que, direta ou indiretamente, influenciaram as ações por ela referidas:

“Contexto de efeitos” como contraconceito de “contexto de sentido” exprime que se trata de uma representação na qual os processos temporais desenvolvem uma vida própria objetiva com relação a seu significado subjetivo e a suas intervenções intencionais. O tempo histórico produz-se em circunstâncias e condições externas ao agir, de forma tal que sua determinação interna, a maneira, portanto, como os agentes interferem no processo temporal mesmo da organização de sua própria vida, não é decisiva para o próprio processo temporal.³⁰

E, finalmente, na dialética, as estratégias hermenêutica e analítica são combinadas para que sejam percebidas, na justaposição entre as experiências do tempo humano e do tempo natural, experiências propriamente históricas. Nesta operação, a unilateralidade da hermenêutica ou da analítica é atenuada de forma que se extraia das fontes tanto a intencionalidade da ação humana quanto o fator de mudanças no tempo, inerentes à experiência humana do passado:

Uma concepção de pesquisa centrada unilateralmente na hermenêutica tende a perguntar heurísticamente pelas intenções que orientam o agir, a levantá-las criticamente das fontes e a interpretar os processos históricos como sequências de ações e, com isso, explicá-los intencionalmente. Inversamente, a concepção de pesquisa centrada unilateralmente na analítica tende a perguntar heurísticamente pelas circunstâncias e condições que determinam o agir, a levantá-las das fontes como determinantes sistematizáveis, a interpretar os processos históricos como ocorrências objetivas quase naturalmente necessárias e, como isso, explicá-los nomologicamente. Nos dois casos, há o risco de se perderem a historicidade da experiência histórica e o caráter narrativo das experiências históricas.³¹

³⁰ RÜSEN, **Reconstrução do passado – Teoria da História II**, op.cit., p. 147.

³¹ *Ibidem*, p. 156.

Rüsen encerra suas considerações reafirmando a importância da pesquisa histórica como etapa primordial para a constituição do conhecimento histórico. Não obstante, pesquisa histórica encarada não como um fim em si mesmo, mas interligada a critérios de constituição histórica de sentido que orientam e conduzem a pesquisa para além do trabalho com as fontes. Embora metodicamente regulada, a pesquisa histórica transpõe esse mero trato do passado por meio das fontes, relacionando-se com as perspectivas orientadoras do passado originadas das carências de orientação da vida atual e, portanto, possibilita a construção de um saber linguístico, a historiografia, que abre possibilidades para o futuro. A contribuição rüseniana reside, sobretudo, no tratamento do método não como etapa estanque da elaboração teórica e, muito menos, como investigação transplantada para a historiografia.

Sendo assim, ao conectar método e sentido, a historiografia seria mais do que uma mera narrativa, pois, apesar de constituída por procedimentos de pesquisa e mediada linguisticamente, apresenta uma densa relação com os contextos de orientação da vida humana da qual emerge e à qual se destina. Essa reflexão de Rüsen sobre as formas da historiografia, ou seja, sobre as especificidades da narrativa histórica, bem como acerca das funções do saber histórico (“didática da história”) são tematizadas na obra *História viva*.

As dimensões da representação e da orientação na ciência da História

Analisando, em *História viva*, as formas e funções do saber histórico, a preocupação peremptória de Jörn Rüsen é demonstrar que esses dois princípios, embora pareçam esquivar-se da cientificidade própria do conhecimento histórico, não são externos à racionalidade típica dessa ciência que intitulamos história. A historiografia (as formas do saber histórico) e a formação histórica (função didática da história) são partes constituintes do pensamento histórico em sua modalidade científica, pois o conhecimento histórico não apresenta somente pretensões de racionalidade (viabilizada pela pesquisa), mas também de “vivacidade”, para que se tornem válidas àqueles que se alimentam desse saber:

Nenhum saber histórico é amorfo. O saber histórico desempenha sempre funções na vida cultural do tempo presente. Forma e função são essenciais ao trabalho do historiador. É mesmo em sua forma e em suas funções que o saber histórico se completa. Somente nelas é que ele toma vida. É com elas que ele responde às carências de orientação que suscitou. São elas que tornam

necessários e significativos todos os esforços de reflexão da história como ciência.³²

Essa visibilidade dada por Rüsen aos aspectos que circundam a escrita da história pode ser atestada através de seu conceito de matriz disciplinar, na qual o quarto princípio, “as formas de apresentação”, é dedicado à análise desse fundamento do pensamento histórico.

“As formas de apresentação”, tema do primeiro capítulo da obra em questão (“Tópica – Formas da historiografia”), consistem na etapa em que o conhecimento científico obtido pela pesquisa exprime-se na historiografia. Se as histórias são escritas a partir dos resultados da pesquisa, a historiografia deve ser entendida como produto intelectual dos historiadores, um saber redigido. Com as formas de apresentação, o pensamento histórico remete às carências de orientação de que se originou, pois as histórias sempre são escritas e reescritas de acordo com o contexto social em que vivem os historiadores e seu público. Narrar, então,

[...] torna-se uma prática cultural de interpretação do tempo. A plenitude do passado, tornado presente, se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de “história” e que pode ser caracterizada como uma narrativa.³³

Ao considerar os procedimentos poéticos que cercam a escrita da história, Rüsen se aproxima dos narrativistas, pois pactua com a ideia de que a historiografia não se resume em mera agregação de resultados de pesquisa, reguladas metodicamente. *Pari passu*, se desvencilha dos narrativistas ao discordar que a historiografia seja puro artefato estético, linguístico, totalmente desvinculado da investigação metódica. Rüsen absorve aspectos da crítica narrativista mas decanta-os. Portanto, a historiografia, apesar de calçada metodicamente, não se resume em facticidade pura, mas abriga em si caracteres poéticos e de cognição, comportando forma e sentido, que estão subsumidos nas definições de planos estético e retórico da historiografia. Para Rüsen, a dimensão estética da formatação historiográfica pode ser denominada de “coerência de beleza”, enquanto a dimensão retórica pode ser entendida como “coerência de eficácia”.

Na historiografia, “a dimensão estética da historiografia consiste na inclusão, na formatação do saber histórico, de elementos linguísticos que se

³² RÜSEN, **História viva – Teoria da História III**, op.cit., p. 10.

³³ RÜSEN, **Razão histórica – Teoria da História I**, op.cit., p. 149.

referem às dimensões pré e extracognitivas do saber histórico”.³⁴ Os conteúdos cognitivos são elaborados esteticamente de forma a criar, nos destinatários do conhecimento, disposição para o agir:

Com esses elementos [linguísticos], a subjetividade dos destinatários é interpelada no plano em que lida com a força sensorial, simbólica e representativa da relação com o mundo, da autoexpressão e da autocompreensão. Não se trata mais apenas da qualidade literária dos textos historiográficos. A questão está agora na força interpeladora do discurso, na qual, em última instância, também reside a qualidade literária desses textos. Ela torna viável a aptidão a apresentar as constituições de sentido de maneira que suscitem, nos destinatários, sua própria capacidade de constituir sentido, o que leva à ampliação e ao aprofundamento de sua competência para tanto.³⁵

Já no plano retórico, o sujeito do conhecimento se incumba da tarefa de edificar um produto discursivo capaz de embrenhar-se no ambiente linguístico e cultural da recepção. Na elaboração cognitiva da experiência do passado ocorre uma adequação de linguagem que cimenta a intenção comunicativa e viabiliza a comunicação. Essa adequação de linguagem se refere à preocupação de comunicar-se com o público a que se destina o texto historiográfico. É o momento da edificação discursiva em que a intenção de efeito sobre o receptor atinge sua elaboração adequada. O discurso produzido pode se infiltrar no âmbito subjetivo do agir, influenciando seu receptor na condução de sua vida e, assim, alterar a ordem do mundo humano:

“Retórica” é toda e qualquer historiografia, uma vez que está sempre determinada pelas intenções de seu autor, dirigidas aos seus destinatários potenciais. Essa intencionalidade pode ser mais bem explicitada: ela se dirige (evidentemente pelos mais diversos graus de mediação) ao ponto da vida humana prática, em que os significados do tempo interpretado exercem uma função de orientação prática da relação dos sujeitos consigo mesmos e com o mundo.³⁶

³⁴ RÜSEN, **História viva – Teoria da História III**, op.cit., p. 30-31.

³⁵ Loc.cit.

³⁶ Ibidem, p. 35-36.

Apesar de os planos estético e retórico estarem interligados às formas de apresentação, e seu desenvolvimento se dirigir à ligação das narrativas com seu público destinatário, a cognição histórica depende da relação da historiografia com a pesquisa, pois é justamente essa relação que impõe fronteiras ao livre jogo da subjetividade humana, quando se constrói conhecimento histórico. Por conseguinte, ao tematizar o(s) sentido(s) ao(s) qual (quais) as formas de apresentação se liga(m), Rüsen não partilha da concepção narrativista de que há uma total autonomia da historiografia em relação à pesquisa. A construção de sua tipologia da constituição histórica de sentido tende a realçar tal autonomia, mas, no caso de Rüsen, é uma autonomia de caráter formal, pois mesmo que essa tipologia esteja mais ligada ao potencial orientador das narrativas historiográficas, isso não significa que se desconsidere o fato delas terem sido baseadas em pesquisa.

Para a caracterização desses “tipos” de constituição histórica de sentido, é preciso compreender que o caráter histórico da narrativa historiográfica configura a forma como o passado é interpretado, através de um construto próprio denominado “história”, e como essa interpretação passa a ter uma função no universo cultural contemporâneo. Ao “presentificar” o passado, a narrativa historiográfica liga sua constituição de sentido à experiência do tempo, de maneira que o estudo desse passado, convertido em texto, tenha significação para o quadro de orientação da vida prática contemporânea, produzindo, assim, sentido histórico. De acordo com Rüsen, a imensidão de formas possíveis de tornar presente o passado pode ser caracterizada através do conceito de “constituição histórica de sentido”.³⁷ É neste construto categorial que se manifesta outra grande contribuição teórica de Rüsen: a edificação de uma tipologia da constituição histórica de sentido por narrativas históricas, as constituições históricas de sentido tradicionais, exemplares, críticas e genéticas.

A chamada constituição tradicional de sentido carrega consigo o princípio da afirmação, pois a mudança temporal é interpretada com a representação de uma duração que se eterniza no tempo, quando são rememoradas as origens das condições atuais da vida. Isso porque a orientação histórica obedece ao imperativo de reconhecer que o agir humano no passado se operou mediante a orientação de tradições, que possibilitaram a esse agir a condição de se afirmar ante as experiências do tempo. Essa permanência no tempo, típica das tradições, refere-se ao princípio da afirmação, tendo em vista que, dentro desses universos simbólicos, afirmam-

³⁷ RÜSEN, *Razão histórica – Teoria da História I*, op.cit., p. 160.

se conteúdos culturais que transcendem ao tempo e que orientam o agir humano, passado e presente, apagando a noção de historicidade:

Toda orientação histórica da vida humana prática baseia-se no pressuposto incontornável de que a vida humana prática já é orientada, ainda mesmo antes de qualquer constituição narrativa de sentido. [...] Essa circunstância prévia da orientação histórica, como condição da possibilidade da vida humana prática, é a base objetiva e o ponto de partida subjetivo de toda atividade da consciência histórica e de todo entendimento comunicativo dos construtos narrativos de sentido. Pode ser descrita como tradição, como presença pura e simples do passado no presente. Nela, a história está sempre “viva”, como força influente das chances de vida previamente decididas e como apreensão significativa do processo temporal dos atos que fazem a vida humana. [...] Afirmção, como condição necessária da orientação histórica, constitui o topos da narrativa tradicional e o tipo de constituição narrativa de sentido que lhe corresponde.³⁸

Na constituição exemplar de sentido, a rememoração da experiência do passado é orientada de forma a confirmar regras práticas da experiência, portadoras de validade geral e atemporal. As narrativas exemplares comportam em si o princípio da regularidade, pois, a partir dos exercícios da rememoração do passado, criam-se regras gerais da experiência histórica, modelos de ação aplicáveis em diferentes contextos, em diversas situações particulares da vida, seguindo a famosa premissa da *Historia magistra vitae*:

Esse critério de sentido distingue-se do critério da afirmação por uma relação mais ampla com a experiência e por um grau mais elevado de abstração. Ele permite que sejam sintetizadas diversas tradições em interpretações unificadas das experiências temporais e que seja estendido significativamente o alcance das experiências históricas relevantes para a orientação. As regularidades são o inventário necessário das interpretações das experiências que influenciam o agir e a capacidade

³⁸ RÜSEN, *História viva – Teoria da História III*, op.cit., p. 45.

reguladora é um elemento essencial da força da identidade.³⁹

Na constituição crítica de sentido, o sujeito do conhecimento revela sua diferença ou sua contraposição a outros sujeitos ou situações enunciados pela experiência humana ou por histórias. Segundo Rösen, “é necessário haver orientações históricas, nas quais e com as quais os sujeitos expressem sua diversidade e sua contraposição a outros sujeitos”.⁴⁰ Caracterizadas pelo princípio da negação, nessas narrativas críticas as experiências rememoradas são contraexperiências, e sua evocação é capaz de revelar contradições e inconsistências nos modos habituais de representação do passado. A constituição crítica de sentido amplia e reforça o alcance da orientação histórica, considerando que, em certa medida, rejeita aspectos consolidados tradicionalmente.

Já na constituição genética de sentido, a rememoração da experiência do passado possibilita que a própria mudança temporal seja incorporada como alicerce de uma perspectiva apta para a orientação cultural da vida. Assinaladas pelo princípio da transformação, as narrativas genéticas constituem-se na forma preponderante das narrativas históricas em sua versão científica, pois tornam explícita a historicidade do fluxo temporal. Esse tipo de narrativa, então, constrói os processos de mudança temporal de modo que possam ser compreendidos como gênese do arranjo de circunstâncias materiais e simbólicas em que se dá a vida prática atual:

A mudança temporal deve poder receber uma qualidade de sentido apta a orientar o agir, pois ela não se aquieta no mero sentido guardado na memória e carece de ser significada em si mesma. Isso ocorre mediante o *princípio da transformação*. Por ele, a própria mudança temporal torna-se ponto de vista orientador da vida prática e da formação de identidade.⁴¹

Analisando a dimensão estético-retórica das narrativas historiográficas e, ao mesmo tempo, desenvolvendo a tipologia das constituições históricas de sentido, Rösen empresta importante contribuição à ciência da história, tendo em vista que o sentido impregnado nessas narrativas e o potencial orientador que elas propiciam são tratados, por ele, como parte

³⁹ RÜSEN, *História viva – Teoria da História III*, op.cit., p. 46.

⁴⁰ Loc.cit.

⁴¹ Ibidem, p. 47.

constituente desse tipo de ciência. Assim, a contradição que é posta, principalmente pelos narrativistas, entre método e sentido, é apenas aparente, pois, embora o modo científico de elaboração de argumentos seja estranho à vida cotidiana, esse tipo de argumentação não passa de uma forma de exprimir o conteúdo de sentido da experiência. A busca pelo controle metódico como índice de validação da cientificidade da história não incompatibiliza o papel orientador dessa modalidade de pensamento histórico. Segundo Rüsen, as narrativas historiográficas “sempre estiveram conexas com a racionalidade metódica da pesquisa científica, mas foram desprovidas de seu papel constitutivo no processo de produção de sentido ao lidar com a experiência do passado”.⁴²

Seguindo essa perspectiva, para que se compreenda como a historiografia media essa relação entre método e sentido é necessário perscrutar o potencial orientador dessas histórias, baseadas em pesquisas e expressas linguisticamente em narrativas. É sobre esse aspecto, ou seja, as funções de orientação do conhecimento histórico, que Jörn Rüsen trata no segundo capítulo de *História viva*, intitulado “Didática: Funções do saber histórico”.

O trabalho orientador da história somente se efetiva quando a narrativa histórica, produzida a partir da reconstrução da experiência do passado, apresenta uma relação válida com a vida prática do público destinatário. Ao apresentar o passado por meio de uma narrativa, o presente emerge e os resultados da pesquisa são transplantados a um *locus* discursivo diferente daquele em que se deu sua produção. A historiografia não se encarrega somente de dizer o que foi algo no passado: também faz com que o conhecimento alcançado pela pesquisa seja revestido de orientação para os destinatários desse saber. Deste modo, torna a factualidade do passado, investigada pela pesquisa, significativa para os processos de atribuição de sentido do universo cultural do presente.

Analisar a relevância dessas narrativas para a vida é admitir que a dimensão orientadora de toda narrativa histórica está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de se manterem seguros e firmes no fluxo do tempo. Rüsen afirma que o sentido de uma história é medido pelo grau de seu êxito em estabilizar a identidade de seus destinatários ao longo das mudanças no tempo:

⁴² RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História**, Brasília, v.4, n. 1, p. 75-102, 1996. A citação consta da p. 93.

Consolidar identidades mediante consciência histórica significa aumentar a acumulação de experiências significativas das mudanças do homem e de seu mundo, no tempo, com as quais e pelas quais os sujeitos humanos (na prática das relações sociais com os demais) exprimem quem são e o que pensam ser os outros.⁴³

Mesmo que a história, em sua versão científica, esteja revestida da pretensão de exarar o que e como foi algo no passado, ela também abriga, em si, funções orientadoras. Essa forma de elaboração cognitiva da experiência do passado, reconhecida sob a tarja de ciência, realiza uma trajetória que, segundo a matriz disciplinar de Rüsen, vai desde a erupção dessas carências ao desempenho das funções orientadoras como resposta a esse contexto de demandas por sentido. Todavia, como já mencionado algures, neste trajeto, outros itinerários precisam ser visitados para que o potencial orientador do conhecimento histórico possa ser realizado. É indispensável trafegar pela investigação da experiência do passado e pela edificação de representações narrativas embasadas em resultados investigativos, para que o conhecimento histórico retorne ao mundo dos homens com funções didáticas.

Conforme o construto teórico de Rüsen, mesmo que a produção do conhecimento histórico, na ciência da história, parta de carências de orientação do presente, sedentas por serem saciadas, não significa que esse conhecimento resulte em orientação somente para o contexto de vida ao qual ele, *a priori*, foi endereçado. Para garantir a efetividade da orientação, é primordial que a relação entre conhecimento e agir seja estabelecida pelas esferas mais fecundas do conhecimento histórico em sua versão científica, as da pesquisa e da historiografia, e conectadas ao âmbito da recepção dos discursos historiográficos. A “legitimidade social” do conhecimento produzido parte do pressuposto que o conhecimento histórico está alicerçado em interesses emanados da vida prática. Mas, uma vez teorizados, metodizados e representados em narrativas, esses interesses acabam retornando à vida humana revestidos de funções orientadoras.

Na estrutura da matriz disciplinar de Jörn Rüsen, as funções orientadoras ocupam o quinto e último princípio. Partindo da premissa de que as carências de orientação ativam o pensamento histórico e lhe conferem uma função importante na vida, a pretensão de racionalidade da ciência da história não pode ser fundamentada sem se considerar essa função de orientação.

⁴³ RÜSEN, *Razão histórica – Teoria da História I*, op.cit., p. 125.

Absorvendo alguns aspectos da crítica narrativista, Jörn Rüsen agrega aos fundamentos da história como ciência o problema da recepção do conhecimento histórico produzido. Segundo ele, é importante considerar o modo como se dá a recepção do conhecimento histórico, pois é essencial para o bom aproveitamento das potencialidades racionais das histórias elaboradas por historiadores profissionais. A forma adequada de o pensamento histórico realizar a reconexão do saber especializado da ciência à vida prática Rüsen definiu como “formação histórica”:

Formação significa o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprios, que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de reforço identitário. Trata-se de competências simultaneamente relacionadas ao saber, à práxis e à subjetividade.⁴⁴

Logo, na ciência da história, as funções orientadoras abrem possibilidades de construção e consolidação histórica de identidade, uma vez que orientam intelectualmente o agir a partir da recepção das narrativas históricas. A identidade, então, acaba se constituindo em um referencial para a orientação do agir humano. “Ela informa os sujeitos humanos acerca de quem eles são, por recurso ao passado que e em que eles foram e, com isso, fixam as possibilidades de seu vir a ser”.⁴⁵ A identidade, para Rüsen, é um momento essencial da socialização humana, pois caracteriza a

[...] relação dos homens e dos grupos humanos consigo mesmos, a qual se põe, por sua vez, em relação com os demais homens e grupos humanos, resultando num processo social de interação e interpretação recíproca de sujeitos.⁴⁶

De acordo com Rüsen, é justamente a categoria de sentido que possibilita revelar e analisar a conexão do pensamento histórico ao contexto cultural que “clama” por orientação. Tal conexão é efetivada através da síntese de experiências do passado, significados do presente e expectativas de futuro em narrativas históricas. Ao adequar a experiência do tempo às

⁴⁴ RÜSEN, **História viva – Teoria da História III**, op.cit., p. 95.

⁴⁵ RÜSEN, **Razão histórica – Teoria da História I**, op.cit., p. 3.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 37.

intenções quanto ao tempo, o pensamento histórico possibilita aos seres humanos compatibilizar o que eles foram com o que eles querem ser quando recebem as narrativas históricas.

É imprescindível salientar que, embora a constituição metódica da ciência da história gere certo afastamento do universo da vida prática, este tipo de ciência é parte integrante deste universo, pois, mesmo regulados metodicamente, os produtos historiográficos não perdem sua importância na definição dos conteúdos identitários.

Portanto, uma das grandes contribuições da teoria da história de Jörn Rüsen é de, explicitamente, buscar compreender e analisar como os princípios do conhecimento histórico, na ciência da história, estão fincados na vida prática humana, tanto daqueles que produzem esse tipo de conhecimento quanto daqueles que o recebem. A atualidade da postura de Rüsen assenta na forma decisiva como mostrou que a íntima relação entre ciência especializada e vida prática não significa enfraquecimento ou neutralização dos índices de cientificidade do pensamento histórico, significa assumir que a subjetividade não precisa ser reprimida, e sim ordenada e admitida de forma adequada e compatível com a cientificidade do conhecimento histórico. Contrariamente ao que o objetivismo estreito legou à ciência da história, Rüsen vem demonstrar que a regulação metódica não inviabiliza o trabalho de produção de sentido de que também está revestido o conhecimento histórico. Método e sentido não se excluem, e sim são compatibilizados e tratados como princípios constituintes da ciência da história.